

**ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO INSTAURADA  
PARA AVERIGUAR O CONTRATO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E A  
EMPRESA REK PARKING, INSTAURADA ATRAVÉS DA PORTARIA N.º 3724.**

.....

Aos dez do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 20:00hs, no Plenário deste Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores membros da Comissão Especial de Inquérito, instaurada através da **Portaria n.º3724**, com objetivo de averiguar o contrato entre a Prefeitura Municipal de São Leopoldo e a empresa Rek Parking. Estiveram presentes os Vereadores **Marcelo Buz**, da **Bancada do PMDB**, Presidente; o Vereador **Brasil de Oliveira**, da **Bancada do PSB**, Vice-Presidente; a Vereadora **Ana Inês Affonso**, da **Bancada do PT**, Relatora, e **José Ary Moura**, da **Bancada do PDT**. O Vereador Marcelo Buz, Presidente da Comissão Especial de Inquérito, faz a abertura da reunião dando as boas vindas aos presentes. A seguir o presidente Marcelo Buz questiona se está presente a representante da empresa Rek Parking e já que a mesma não se encontra suspende a reunião por cinco minutos. A seguir o Presidente Marcelo Buz procede à reabertura da sessão e estando ausente a representante da Rek Parking passa para a continuação da oitiva do Sr. Diego José Camboim de Souza, Gestor do Contrato por parte da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, que já havia sido iniciada na 6ª desta CEI reunião e que teve que ser interrompida devido à utilização do plenário. O presidente Marcelo Buz passa a palavra ao Vereador Brasil de Oliveira para que continue com seus questionamentos. O Vereador Brasil pergunta ao Sr. Diego quem faz o acompanhamento dos valores arrecadados e repassados pela Rek Parking e como isso é acompanhado pela Secretaria de Segurança. O Sr. Diego explica então de que forma é feito todo o acompanhamento dos valores arrecadados e repassados pela empresa Rek Parking. O Sr. Diego explica que é todo um sistema e não apenas um software, já que se trata de uma concessão de estacionamento rotativo e que o software é apenas uma das ferramentas de acompanhamento, que acontece por meios físicos e eletrônicos. O Vereador Brasil de Oliveira questiona se não existe um sistema em que se possa acompanhar o que entrou para a Rek Parking. O Sr. Diego responde que existem 2 (dois) softwares de acompanhamento, onde pode se localizar todos os extratos e relatórios não só da receita, mas também outros relatórios acessórios para verificação do sistema. O Vereador Brasil de Oliveira questiona se a Secretaria de Segurança possui o acompanhamento. O Sr. Diego responde que sim e que está mencionado no relatório que acompanha o processo. O Vereador Brasil de Oliveira diz que, conforme o relatório entregue pelo Secretário da Fazenda Ricardo Luz, a Prefeitura recebeu em 2017 o valor de R\$ 283.911,02, entre

janeiro e agosto e questiona o Sr. Diego se ele sabe onde foi investido este valor. O Sr. Diego responde que os valores foram investidos em segurança e em alguns tipos de despesa, sendo que o Secretário da Fazenda já tinha deixado à disposição da CEI um relatório com os valores investidos e a maior parte da destinação do recurso foi para a manutenção do sistema de vídeo monitoramento, também com programas de segurança com foco na prevenção da violência e de cursos para instrução de manuseio da armas de fogo para a Guarda Civil Municipal. O Vereador Brasil de Oliveira questiona sobre a isenção para alguns tipos de veículos e se mais pessoas têm isenção quanto ao estacionamento rotativo. O Sr. Diego responde que os veículos que tem isenção são os veículos oficiais de propriedade do Poder Público e que desconhece qualquer tipo de isenção que não seja as que estão previstas em lei. O presidente Marcelo Buz repassou a palavra aos demais vereadores. O Vereador José Ary Moura diz que não tem perguntas e a Relatora Ana Affonso diz que está satisfeita com as respostas do convidado. O presidente Marcelo Buz questiona o Sr. Diego se o mesmo sabe em que data foram instalados os controladores de vaga na Rua Independência. O Sr. Diego responde que não recorda a data. O presidente Marcelo Buz questiona se o Sr. Diego presenciou, vistoriou ou tem a informação da instalação dos sensores e se sabe informar se os sensores foram instalados efetivamente. O Sr. Diego responde que não e que isto é um trabalho para o fiscal do contrato e que até onde lhe passou o fiscal do contrato na época, Sr. Renato Luiz Wender, o sistema foi instalado. O presidente Marcelo questiona se, como Gestor Administrativo, não lhe compete verificar se as cláusulas e os prazos do contrato estão sendo cumpridos. O Sr. Diego responde que sim, conforme os fatos registrados pelo fiscal do contrato e que todos os desvios de qualidade foram encaminhados e foram realizados os devidos processos administrativos e que houve um desvio de qualidade no início devido a um atraso na alfândega dos materiais importados e que foi apresentada uma justificativa pela concessionária que foi aceita pela Prefeitura e concedido o prazo. O presidente Marcelo questiona se este contrato foi elaborado na Secretaria de Gestão ou na Secretaria de Segurança. O Sr. Diego respondeu que o contrato e o projeto básico foram elaborados na Secretaria de Gestão e que este contrato foi repassado à Secretaria de Segurança em 2014. O presidente Marcelo Buz questiona o Sr. Diego se ele tem conhecimento se, após o incidente verificado no estacionamento rotativo de Caxias do Sul, administrado pela mesma empresa, foi tomada alguma providência no sentido de se evitar o mesmo tipo de fraude. O Sr. Diego respondeu que o que aconteceu em Caxias do Sul foi uma situação especial e acha o acompanhamento feito no estacionamento rotativo de São Leopoldo bem criterioso. O presidente Marcelo

questiona sobre o plano de auditoria previsto em contrato e se ele efetivamente existe. O Sr. Diego responde que o plano de auditoria que existe no contrato é uma garantia contratual, não tendo prazo de implementação e que este plano de auditoria que existe e que pode ser usado a qualquer momento é uma garantia reservada ao Município para fazer uma auditoria contábil, financeira ou operacional nos meios da concessionária, seja pela Secretaria da Fazenda, por empresa terceirizada, pela Contadoria Geral do Município ou órgãos externos como Tribunal de Contas e Ministério Público, conforme achar por bem e que até hoje não houve nenhuma solicitação. O presidente Marcelo Buz questiona sobre como é feita a fiscalização, se existem históricos e se é sempre o mesmo agente público que realiza a fiscalização e se já foi encontrada alguma divergência. O Sr. Diego responde que o registro da fiscalização sempre é feita e que cada ato do fiscal é reduzido a um relatório simples e que as divergências podem acontecer e se acontece um prejuízo ele é absorvido pela empresa concessionária, mas que as divergências se referem a centavos e são raras e esporádicas. O presidente Marcelo Buz questiona, no que diz respeito às tarifas, de que forma a Prefeitura se certifica que todas as notificações do pós-uso estão sendo registradas no sistema. O Sr. Diego esclarece que a notificação ou tarifa de pós-utilização pelo uso irregular de vaga não é uma obrigação e, sim, uma notificação, já que o monitor não é agente público e não tem fé pública para cobrar e, neste caso, faz uma notificação para que as pessoas tenham ciência que podem receber uma multa ou um auto de infração a qualquer momento e que todas as notificações são repassadas no relatório, sendo que destas notificações a maioria delas não é paga porque as pessoas não regularizam a menos que tenham uma multa, que esta a cargo do agente de trânsito e que são dois controles, físico e eletrônico, sobre o parquímetro e o caixa do monitor. O presidente Marcelo Buz questiona se todas as informações são geradas pela própria concessionária e de que forma a Prefeitura se certifica se estas informações são efetivamente fidedignas, já que a fiscalização é feita em cima de dados gerados pela própria concessionária e se a Prefeitura pode verificar isto. O Sr. Diego responde que pode ser através da fiscalização e da auditoria mencionada anteriormente, mas em todas as inspeções do fiscal em relação a este contrato, nenhuma gerou dúvidas e não existem indícios ou denúncias. O presidente Marcelo Buz diz que o projeto básico e o contrato prevêem a instalação de placas indicativas no início das ruas sobre a quantidade de vagas disponíveis na mesma e por enquanto só existe uma placa no início da Rua Independência e questiona o porquê de não terem sido instaladas placas nas demais ruas e que, pensando na elaboração do contrato, não faz sentido instalar o placar de vagas apenas no início e não nas ruas perpendiculares. O Sr. Diego responde que o

contrato prevê especificamente a instalação apenas na Rua Independência e que melhorias são possíveis. O presidente Marcelo Buz questionou desde quando o sistema opera. O Sr. Diego respondeu que desde abril de 2016. O presidente Marcelo Buz diz que o projeto básico e contrato prevêem a colocação de placas indicativas de vagas com o tamanho mínimo de 1,0 m x 0,5 m e que a placa que se visualiza no início da Rua Independência não parece ter este tamanho e de onde vem o entendimento de que é apenas uma placa. O Sr. Diego responde não pode responder sobre o tamanho das placas neste momento e sobre o número de placas deve haver um pedido do fiscal se ele entender que precise de mais placas. O presidente Marcelo Buz pergunta se este sistema de vagas fica disponível no sistema para os usuários. O Sr. Diego responde que fica disponível somente para o fiscal. O vereador Brasil de Oliveira questiona quem tem que colocar a placa indicativa de vagas, se a Prefeitura ou a Rek Parking e quem deve cobrar a instalação. O Sr. Diego responde que a Rek Parking deve colocar as placas se for cobrada pela Prefeitura. O presidente Marcelo Buz questiona a situação dos pagamentos via cartão de crédito, objeto de previsão de expansão futura no projeto básico e questiona se está funcionando. O Sr. Diego responde que esta questão específica não foi levantada pelo fiscal. O presidente Marcelo Buz questiona que se o fiscal não pedir não estaria faltando com suas funções públicas, sendo que o contrato versa sobre um prazo de 18 meses para implantação. O Sr. Diego responde que o representante da Rek Parking, em sua oitiva, disse que não existia ainda esta tecnologia à disposição. O presidente Marcelo acha muito estranho o argumento que não há tecnologia disponível e entende que há um flagrante desvio de aplicação do contrato. O presidente Marcelo Buz diz que o Sr. Diego mencionou na primeira parte do seu depoimento que houve algumas irregularidades ou desvios de qualidade e questiona se neste momento existe alguma situação não cumprida pela Rek Parking. O Sr. Diego responde que não existem, no atual momento, pendências por parte da Rek Parking. O presidente Marcelo Buz questiona se esta situação do cartão de crédito não configuraria um descumprimento do contrato. O Sr. Diego responde que o fiscal ainda não fez este apontamento e que este assunto já foi mencionado em outra audiência. O presidente Marcelo Buz diz que o projeto básico faz referência à realização de auditorias independentes e se a Prefeitura já se utilizou desta prerrogativa. O Sr. Diego respondeu que não. O presidente questionou os demais vereadores se eles têm mais perguntas e todos responderam que estão satisfeitos. A seguir o presidente Marcelo Buz perguntou ao Sr. Diego se ele gostaria de finalizar com alguma consideração. O Sr. Diego diz que gostaria de fazer uma consideração a respeito da destinação de recursos da zona azul, que, segundo ele, é tema freqüente nesta CEI, e quer deixar registrado todo o

histórico do estacionamento rotativo desde 2013, o processo, e 2014 em diante, a execução e que nesse período do contrato o estacionamento rotativo é uma obrigação do Secretário de Segurança, como autoridade máxima por delegação do Prefeito Municipal e também, por parte do Secretário Adjunto e lhe causa estranheza questionarem tanto a destinação dos recursos, já que o Sr. Presidente Marcelo Buz, foi seu chefe em 2013, como Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança e também trabalhou a destinação de recursos da zona azul, neste período, no que diz respeito ao planejamento plurianual da destinação dos recursos de 2013 em diante. O presidente Marcelo Buz diz que apesar da condição de convidado, o Sr. Diego não pode suspeitar sem provas e sua colocação beira a difamação e a calúnia, já que foi Secretário Adjunto até setembro de 2013 e nesta qualidade, não é ordenador de despesa, sendo que a vigência deste contrato se iniciou em 28/01/2014, data em que era Secretário da Integração Social e pede que o Sr. Diego seja mais cuidadoso com as palavras. A seguir o Presidente agradece a presença do convidado e chama a representante da Rek Parking para a oitiva, mas esta não se faz presente. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** encerra a presente reunião, sendo que para constar eu, *Maximiliano Zuge*, Auxiliar Legislativo, redigi e lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros desta Comissão Especial de Inquérito.